



Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias¹
Marilze Tavares²

OS NOMES DOS ESTADOS BRASILEIROS: MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA

RESUMO

Este estudo insere-se na área da Lexicologia, mais especificamente na área da Onomástica/Toponímia, que trata da investigação dos nomes de lugares a partir de diferentes perspectivas. O objetivo principal do trabalho é examinar a motivação dos nomes dos 26 estados brasileiros, e elucidar, o quanto possível, os nomes de origem indígena que constituem o corpus. Para análise dos topônimos, fundamenta-se, especialmente, nas obras de Dauzat (1946, 1947), Sapir (1969), Dick (1990a, 1990b, 2001), Sampaio (1987). O método empregado consiste em, principalmente, incluir os topônimos analisados em umas das 26 categorias motivacionais propostas por Dick (1990b) e procurar apresentar aspectos das causas específicas de nomeação. O resultado da análise demonstrou que a principal motivação dos topônimos analisados são os recursos hídricos, sobretudo os rios, recuperados em nomes como Pará, Paraná, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, dentre outros; a pesquisa evidencia também que mais da metade dos nomes de estados têm origem indígena, como nos exemplos: Acre, Bahia, Goiás, Sergipe, Tocantins. Constatou-se também que a translação toponímica pode ser apontada como causa de vários nomes analisados uma vez que, além de especificar as unidades federativas, também especificam acidentes físicos, sobretudo, rios importantes do território estadual.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Toponímia; Estados brasileiros; Motivação.

THE NAMES OF BRAZILIAN STATES: TOPONYMIC MOTIVATION

ABSTRACT

This study is part of the area of lexicology, more specifically in the area of Onomastics/Toponymy, which deals with the investigation of place names from different perspectives. The main objective of the work is to examine the motivation of the names of the 26 Brazilian states, and to elucidate, as much as possible, the names of indigenous origin that make up the corpus. For analysis of toponyms, it is based, especially, on the works of Dauzat (1946, 1947), Sapir (1969), Dick (1990a, 1990b, 2001), Sampaio (1987). The method used consists mainly of including the toponyms analyzed in one of the 26 motivational categories proposed by Dick (1990b) and seeking to present aspects of the specific causes of naming. The result of the analysis showed that the main motivation of the toponyms analyzed is water resources, especially rivers, recovered in names such as Pará, Paraná, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, among others; the research also shows that more than half of the names of states have indigenous origins, as in the examples: Acre, Bahia, Goiás, Sergipe, Tocantins. It was also found that toponymic displacement can be identified as the cause of several names analyzed, as, in addition to specifying the federative units, they also specify physical accidents, especially important rivers in the state territory.

KEYWORDS: Lexicon; Toponymy; Brazilian states; Motivation.

LOS NOMBRES DE LOS ESTADOS BRASILEÑOS: MOTIVACIÓN TOPONÍMICA

RESUMEN

Este estudio se inscribe en el campo de la lexicología, más concretamente en el área de la Onomástica/Toponímia, que se ocupa de la investigación de los topónimos desde diferentes perspectivas. El objetivo principal del trabajo es examinar la motivación de los nombres de los 26 estados brasileños y dilucidar, en la medida de lo posible, los nombres de origen indígena que componen el corpus. Los topónimos se analizan a partir de los trabajos de Dauzat (1946, 1947), Sapir (1969), Dick (1990a, 1990b, 2001) y Sampaio (1987). El método utilizado consiste principalmente en incluir los topónimos analizados en una de las 26 categorías motivacionales propuestas por Dick (1990b) e intentar presentar aspectos de las causas específicas de la denominación. El resultado del análisis mostró que la principal motivación de los topónimos analizados son los recursos hídricos, especialmente los rios, recuperados en nombres como Pará, Paraná,

¹ Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR. Paraná - Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4752-2004>. E-mail: douglaswilsonla@hotmail.com

² Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Mato Grosso do Sul - Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5874-2635>. E-mail: marilze.tavares@terra.com.br



Paraitá, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, entre otros; la investigación también muestra que más de la mitad de los nombres de los estados tienen origen indígena, como en los ejemplos: Acre, Bahia, Goiás, Sergipe, Tocantins. También se encontró que la traducción toponímica puede ser señalada como la causa de varios de los nombres analizados, ya que, además de especificar unidades federales, también especifican accidentes físicos, especialmente ríos importantes en el territorio del estado.

PALABRAS CLAVE: Léxico; Toponimia; Estados brasileños; Motivación.

1 Introdução

Os estudos sobre toponímia no Brasil começam com o foco principal nos nomes geográficos de origem indígena, destacando-se, nessa área, principalmente os trabalhos de Sampaio (1901[1987]), Cardoso (1961) e Drumond (1965). Algumas décadas depois, Dick (1990a, 1990b) mantém atenção aos topônimos indígenas, entretanto, realiza importantes pesquisas a respeito da toponímia brasileira como um todo, ou seja, centra-se também nos topônimos de língua portuguesa e de outras origens linguísticas.

A partir da publicação dos trabalhos de Dick, sobretudo os da década de 1990, no Brasil, houve grande avanço de estudos relativos à toponímia de diversos recortes espaciais e sob diversas perspectivas, o que pode ser observado a partir do levantamento realizado por Ananias e Tavares (no prelo). Há, inclusive, grupos de pesquisa em diversas universidades responsáveis por trabalhos vinculados ao desenvolvimento de atlas toponímicos estaduais, como, por exemplo, o ATEPAR – Atlas Toponímico do Estado do Paraná, o ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul, o ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais e o ATT – Atlas Toponímico de Tocantins.

Além da pesquisa de Dick (1990a), apresentada inicialmente como tese de doutorado em 1980, ao que consta, são poucos os trabalhos atuais que tomam um determinado recorte, mas que ao mesmo tempo seja, de alguma perspectiva, a visão do todo. Nesse sentido, cita-se o trabalho *Capitais brasileiras: um olhar para a história da cidade e a história do nome*, de Isquerdo (2012). Nesse trabalho, a autora reúne e sintetiza o que foi possível encontrar sobre a história de cada capital e sobre os seus nomes. Acredita-se que trabalhos que tomam recortes como esses interessam aos estudiosos e pesquisadores de toponímia especialmente, mas também ao público em geral, que costuma ter um interesse natural por compreender certos topônimos, sobretudo se eles se referem a elementos geográficos de importância mais ampla, como nomes de grandes rios, de cidades, de unidades federativas, por exemplo.

Assim, este estudo tem como objetivo apresentar uma análise dos nomes dos estados brasileiros, destacando-se a motivação conforme o modelo taxionômico de Dick (1990b) e



as possíveis causas da nomeação. Além disso, elucidam-se, a partir de obras lexicográficas e outros materiais, significados e etimologias para os designativos que são de origem indígena.

No que se refere aos aspectos metodológicos, tomou-se a lista com os nomes dos 26 estados brasileiros e, inicialmente, foram levantadas, a partir de obras históricas e/ou memorialistas, site do IBGE, site institucional dos estados, algumas informações histórico-geográficas referentes a cada unidade federativa. Com esse procedimento, a intenção foi apresentar uma breve contextualização do referente nomeado.

Em seguida, a partir dos seus significados mais prováveis, os topônimos foram classificados conforme o modelo taxionômico adotado (DICK, 1990b). Para a elucidação dos nomes de origem indígena, optou-se, preferencialmente, pela obra de Sampaio (1987), mas outras, como será observado, também foram consultadas, especialmente em relação aos designativos cuja origem e o significado são controversos. As hipóteses relativas às razões da escolha do nome ou às causas denominativas só foram apresentadas quando foi possível citar as fontes da informação.

Já em relação aos pressupostos teóricos, o trabalho se fundamenta, especialmente, em autores que discutem Onomástica/Toponímia e as relações entre língua e ambiente, como Dauzat (1946, 1947), Sapir (1969), Dick (1990a, 1990b, 2001), Amaral e Seide (2020).

Nomes de estados, assim como outros topônimos que identificam importantes acidentes geográficos, costumam despertar a curiosidade não só de pesquisadores, mas de leigos em geral, e, por isso, muitos já foram objeto de investigação. Professores da área de língua portuguesa, de geografia, estudiosos de línguas indígenas, historiadores e memorialistas costumam publicar algumas informações encontradas sobre os nomes. Sendo assim, este artigo pretende ter o mérito de reunir e organizar algumas versões encontradas sobre a origem desses nomes.

2 Toponímia: os estudos iniciais e a questão da motivação

A atribuição de nomes próprios seja às pessoas ou aos lugares é uma atividade que faz parte da cultura humana há séculos. Amaral e Seide (2020, p. 32), retomando Hajdú (2002), por exemplo, afirmam que



[...] o nascimento da Onomástica deveria ser buscado no Egito antigo de cinco a seis mil anos atrás, pelo menos no que se refere à identificação de seu objeto de estudo. Ao identificar os deuses e faraós em suas inscrições, os egípcios diferenciavam os nomes comuns dos nomes próprios [...].

Para atestar a antiguidade dos nomes próprios tanto de pessoas quanto de lugar, Dick (1987, p. 96) já havia mencionado vários trechos da Bíblia, afirmando: “O livro sagrado dos cristãos reflete uma coletânea singular de nomes, topônimos e antropônimos noticiados, segundo a cosmovisão dos primitivos hebreus”.

Se por um lado a existência dos nomes próprios é muito antiga, o estudo sistematizado sobre esses elementos da língua é relativamente recente, tendo ganhado impulso com pesquisas de estudiosos franceses no início do século passado. Considera-se como um dos marcos principais a publicação, em 1912, da obra *Les noms de lieu de la França*, atribuída a Auguste Longnon. Foi, entretanto, com o linguista francês Albert Dauzat que os estudos toponímicos se difundem e ganham uma perspectiva distintas das primeiras iniciativas referentes às investigações sobre nome de lugar. Esse pesquisador aponta para a amplitude da Toponímia como área de investigação, ao afirmar:

Esta ciência constitui, antes de tudo, um capítulo valioso da psicologia social. Ao nos ensinar como designamos, de acordo com os tempos e os ambientes, as cidades e aldeias, os domínios e os campos, os rios e as montanhas, nos faz compreender melhor a alma popular, suas tendências místicas ou realistas, seus meios de expressão [...]. (DAUZAT, 1946, p. 09, TRADUÇÃO DAS AUTORAS)³.

Na história dos estudos toponímicos, por muito tempo, trabalhos relativos aos nomes geográficos apresentavam-se, algumas vezes, apenas como uma lista seguida de etimologia e possíveis significados. Nota-se, no trecho transcrito, que o autor menciona a possibilidade de, por meio da toponímia, ser possível entender “a alma popular” e “suas tendências místicas ou realísticas”. Assim, uma das formas de se estudar toponímia dessa perspectiva mais ampla é considerar como o ambiente, seja em suas características físicas ou culturais, se refletem na nomeação dos lugares. Nesse sentido, é possível entender o que pensa e o que

³ No original: Cette Science constitue, d’abord, un chapitre précieux de psychologie sociale. En nous enseignant comment on a désigné, suivant les époques et les milieux, les villes et villages, les domaines et les champs, les rivières et les montagnes, elle nous fait mieux comprendre l’âme populaire, ses tendances mystiques ou réalistes, ses moyens d’expression [...]. (DAUZAT, 1946, p. 09).



valoriza um grupo humano a partir da escolha dos elementos motivadores que se observam nos nomes geográficos.

Segundo Dauzat (1947, p. 23-34), os elementos motivadores que aparecem nas designações podem ser emprestados da geografia física e, nesse caso, podem ser originados de elementos orográficos, da hidrografia, da vegetação e da fauna. Há ainda, conforme o autor, um segundo grupo de designações que remetem a aspectos da geografia humana e, nesse grupo, estariam incluídos aqueles nomes motivados por elementos que remetem a lugares de passagem, estabelecimentos sedentários, vilas, cidades, indústrias, santuários, cores, características abstratas, além dos nomes de pessoas que são, com frequência, emprestados à toponímia.

Já o linguista americano Edward Sapir (1969), apesar de não discutir exatamente sobre a atribuições de nomes geográficos, apresenta uma importante reflexão sobre as relações entre língua e ambiente – que costuma ser, justificadamente, recuperada pelos pesquisadores de toponímia. O autor alerta que o termo “ambiente”, em geral, estaria mais adequado para a referência às formas de natureza física, mas que, em suas reflexões sobre língua, ele deve ser entendido como a somatória de fatores físicos e sociais (p. 44).

O mesmo autor afirma que a língua pode sofrer influência do ambiente em seus vários níveis (fonético, lexical, gramatical...), mas é no sistema lexical que essas influências podem ser verificadas mais evidentemente:

O léxico da língua é o que mais reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade [...] (SAPIR, 1969, p. 45).

É preciso relembrar que os nomes geográficos são unidades léxicas e, por essa razão, entende-se que aspectos físicos, ainda que subordinados a aspectos socioculturais estariam, de fato, presentes na toponímia.

A partir da síntese realizada por Dauzat (1947) sobre os elementos motivadores mais recorrentes na toponímia, das reflexões de Sapir (1969) a respeito das relações entre língua e ambiente e de estudos de outros autores, Dick (1990b) apresenta uma proposta de classificação da motivação dos topônimos brasileiros.

Segundo a autora, o modelo elaborado por ela deve ser entendido “[...] como um instrumento de trabalho que permitirá a aferição objetiva de causas motivadoras dos



designativos geográficos, procurando suprir as demandas da pesquisa” (p. 26). Desse modo, classificar um topônimo conforme a taxionomia proposta não significa recuperar o motivo exato da nomeação, mas indicar que tipo de elemento físico ou cultural está refletido naquele topônimo.

Como neste estudo, um dos propósitos é apresentar os motivadores objetivos, a partir das categorias elaboradas por Dick (1990b, p. 31-34), considerou-se necessário apresentar o modelo, ainda que de forma resumida, conforme segue.

Quadro 01 – Síntese do modelo taxionômico utilizado

Categorias toponímicas de natureza física	
Categorias	Elementos motivadores
astrotopônimos	corpos celestes
cardinotopônimos	posições geográficas
cromotopônimos	cores, escala cromática
dimensiotopônimos	dimensões – extensão, largura, altura, profundidade
fitotopônimos	vegetação
geomorfotopônimos,	formas topográficas
hidrotopônimos	hidrografia
litotopônimos	itens de índole mineral e aspectos relativos à constituição do solo
meteorotopônimos	fenômenos atmosféricos
morfotopônimo	formas genéricas
zootopônimos	animais
Categorias toponímicas de natureza física	
Categorias	Elementos motivadores
animotopônimos	aspectos da vida psíquica, cultural e espiritual
antropotopônimos	nomes próprios individuais, sobrenomes e apelidos
axiotopônimos	títulos e dignidades acompanhados de nomes próprios individuais
corotopônimos	nomes de cidades, estados, países, regiões, continentes
cronotopônimos	indicadores cronológicos, representados pelos adjetivos novo/nova, velho/velha
ecotopônimos	tipos de habitações
ergotopônimos	objetos, itens da cultura material
etnotopônimos	indicadores étnicos
dirrematotopônimos	nomes constituídos por frases ou enunciados linguísticos
hierotopônimos	entidades/temas sagrados de diferentes crenças
historiotopônimos	movimentos históricos, seus membros, bem como às datas correspondentes
hodotopônimos	vias de comunicação rural ou urbana
numerotopônimos	numerais
poliotopônimos	nomes constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial
sociotopônimos	atividades profissionais, locais de trabalho e pontos de encontro dos membros de uma comunidade
somatotopônimos	nomes empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Dick (1990, p. 31-34)



Conforme se verifica pelo Quadro 01, o modelo é composto por 27 categorias (11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural) designadas por termos elaborados para este fim e que recuperam, com o primeiro formante do termo, a motivação dos topônimos. Assim, por exemplo, córrego *Azul* é um cromotopônimo, fazenda *Palmeira*, um fitotopônimo, praça *Independência*, um historiotopônimo.

Reitera-se que a classificação dos topônimos de acordo com o modelo taxionômico ocorre a partir da análise da motivação dos nomes. A motivação, entretanto, deve ser entendida a partir de dois pontos de vista: o primeiro diz respeito as razões do denominador, aos motivos que o levaram a escolher um nome em detrimento de outros possíveis para o acidente geográfico; o segundo tem a ver com a natureza do produto dessa escolha, com o significado dos componentes linguísticos que formaram o nome próprio (DICK, 1990a, p. 49).

Do segundo ponto de vista é possível dar conta por meio da aplicação da taxionomia apresentada; já os motivos específicos da escolha do nome – primeiro ponto de vista – nem sempre são recuperados pelo pesquisador especialmente em razão do distanciamento temporal (ou espacial) em relação ao ato da nomeação. Por isso, em geral, os pesquisadores assumem o compromisso de apresentar a classificação toponímica, mas as razões do denominador ficam em segundo plano, sendo explicitadas apenas quando é possível ter acesso a algum tipo de documento que fornece pistas da origem do nome.

Nesse estudo, como será constatado na seção seguinte, além dos aspectos relacionados à motivação – a partir dos dois pontos de vista, quando possível – elucida-se também a origem e o significados dos nomes indígenas, inclusive porque isso é necessário também para se compreender a motivação.

3 Análise: os estados brasileiros e a motivação de seus topônimos

Conforme já mencionado, o *corpus* deste estudo é constituído pelos nomes dos 26 estados brasileiros elencados no Quadro 02 a seguir.

Quadro 02 – Topônimos analisados

Acre	Paraíba
Alagoas	Paraná
Amapá	Pernambuco



Amazonas	Piauí
Bahia	Rio de Janeiro
Ceará	Rio Grande do Norte
Espírito Santo	Rio Grande do Sul
Goiás	Rondônia
Maranhão	Roraima
Mato Grosso	Santa Catarina
Mato Grosso do Sul	São Paulo
Minas Gerais	Sergipe
Pará	Tocantins

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme objetivos estabelecidos para o estudo, na sequência, apresenta-se, para cada estado, breves informações histórico-geográficas, possíveis causas da nomeação (quando localizadas) e classificação do topônimo, conforme o modelo de Dick (1990b). É preciso registrar que, em alguns casos, verificou-se que não existe consenso em relação aos motivadores do topônimo; nessas situações, procurou-se registrar as várias versões. Na sequência, segue-se a ordem alfabética dos nomes.

O estado do Acre é composto por 22 municípios e tem como capital o município de Rio Branco. Foi o último estado a ser anexado ao Brasil, já que pertencia à Bolívia. De acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre –ZEE (2010, p.17), o extrativismo da borracha, atividade econômica de maior influência no Acre no fim do século XIX, representou papel significativo na história da região Amazônica.

O topônimo Acre é um dos mais controversos quanto a sua origem e significação. Por isso, é possível falar apenas em hipóteses, sendo a mais conhecida a seguinte, registrada por Muniz (2019): “Antes de ser estado, o Acre abrangia uma grande área de nativos. A primeira versão é que o nome do estado acreano seria uma derivação de Uwa’kürü, Uákiry, Aquiry, que significa “rio dos jacarés” na língua nativa dos índios Apurinãs, os habitantes originais da região”. Uma explicação popular para a alteração de grafia (Aquiry para Acre) surgiu, de acordo com Tocantins (1979),

[...] quase por adivinhação de quem procurava ler, na casa Aviadora do Visconde de Santo Elias (Belém do Pará), carta que [...] João Gabriel Carvalho e Mello (o primeiro a estabelecer-se na região do rio Acre) escrevera, solicitando mantimentos para assegurar a posse da terra e uma



grande produção de borracha. João Gabriel era homem de poucas letras. Daí o nome AQUIRY (pronúncia proparoxítona, na língua dos índios Apurinãs), muito mal escrito, ser traduzido por ACRE, popularizando a corruptela (APUD SOUZA 2007, p. 20).

Sobre essa versão, no entanto, Muniz (2019) registra que, conforme pesquisas publicadas em uma coletânea de artigos, *Uwa'kürü – Dicionário Analítico* (2016), fatos e documentos históricos evidenciam que o nome Acre já era utilizado antes da viagem de João Gabriel ao território. Considerando o significado do nome⁴ que remete a “jacaré”, entendeu-se que se trata de um zootopônimo.

Quanto aos motivos da escolha do nome para o estado, verificou-se que o designativo já nomeava um importante rio que foi fundamental na história e desenvolvimento socioeconômico da região. Diante dessas informações o nome foi considerado um hidrotopônimo.

Alagoas, cuja capital é Maceió, constitui-se de 102 municípios. Segundo Melo (2014, p. 99-100), é o segundo menor estado brasileiro. Pertencia até 1817 a Pernambuco e teve como motivação para sua expansão o cultivo de cana-de-açúcar. Sua história é marcada pela invasão dos holandeses; pela fuga de escravos para os quilombos, em especial o do Palmares; por conflitos políticos entre conservadores e liberais e outros fatos histórico-econômicos (MELO, 2014, p. 100).

Sobre o nome Alagoas, o site do Governo de Alagoas⁵, esclarece que foi inspirado pelas lagoas presentes no estado: lagoas do Litoral (Mundaú, Manguaba e Jequiá), lagoas da Margem do São Francisco (Tororó, Santiago, Jacobina, entre outras) e lagoas das terras interiores (Porcos, Nova Lunga, entre outras). Dessa forma, trata-se de um hidrotopônimo.

O estado do Amapá é constituído por 16 municípios e tem como capital o município de Macapá. O território era habitado pelos indígenas das tribos “waiãpi”, “palikur”, “maracá-cunani” e “tucuju”. No século XVI, chegou o espanhol Vicente Yáñez Pinzón, que batizou diversos elementos geográficos da região. O local foi ocupado, após

⁴ É preciso considerar que a referência à água ou a rio, por meio das formas “i” e “y”, está presente neste e em outros topônimos do conjunto analisado. Entretanto, conforme explica Dick (1990a, p. 138), os signos em questão representam apenas o acidente geográfico que recebeu a nomeação, que por sua vez pode ter motivação zoo ou fitonímica. Por isso, *Sucuriy*, para citar outro exemplo, é interpretado como “rio da sucuri”, mas tem motivação zoonímica e não hidronímica.

⁵ Fonte: <http://www.mulheredireitoshumanos.al.gov.br/alagoas>. Acesso em: 27 out. 2020.



alguns anos, por ingleses, irlandeses e holandeses. Após uma disputa com franceses, aqueles foram expulsos dando início a colonização europeia com a chegada também de portugueses e espanhóis.⁶

O nome Amapá é definido por Tibiriçá (1984, p. 56) como “certa planta de suco leitoso e medicinal”, portanto, um fitotopônimo. Sobre esse designativo, o site do Governo do Amapá⁷ informa que

[...] originou-se de uma espécie de árvore brasileira (amazônica) chamada amapazeiro, que possui um tronco volumoso, um metro de diâmetro na base, casca espessa, por onde escorre um abundante leite branco: o leite de Amapá. Os frutos, em formato de maçã, são bastante saborosos, entretanto, é na farmacopeia que o leite do Amapá tem maior aproveitamento [...].

O Amazonas é o maior estado brasileiro em territorialidade, composto por 61 municípios mais a capital Manaus. De acordo com o Tratado de Tordesilhas, a região pertencia à Espanha, porém os portugueses não deixaram de fazer incursões na localidade; após disputas do território, em 1750, o Tratado de Madri concedeu à Portugal sua posse definitiva⁸.

O nome Amazonas foi dado em 1541 pelo capitão espanhol Francisco Orelhana⁹. Trata-se de um vocábulo de origem grega de acordo com Cunha (2010, p. 32): “ ‘mulher, aguerrida, corajosa’, mulher que monta a cavalo’ Do lat. *Amazôn -ōnis*, deriv. do gr. *amazōn*”. Como o topônimo teria por motivação uma lenda grega, pode ser incluído na categoria dos mitotopônimos, que são aqueles “[...] relativos a entidades mitológicas”, conforme Dick, (1990b, p. 33). Ainda sobre o designativo, Alves *et al* (2009, p. 9) afirmam:

Uma característica peculiar da Amazônia foi ter seus nomes atribuídos por viajantes colonizadores, inicialmente, em meados do século XVI. Quase sempre essa atribuição derivava dos atributos físicos e sociais do lugar de origem destes viajantes, por via das vezes transcendia para além do imaginário por meio de crenças, sendo estas as principais, lendas e fantasias de outros lugares, no limite, externas. O próprio nome “Amazônia” deriva desse aspecto, pois os colonizadores transportaram-na de uma lenda grega, atribuindo às índias guerreiras a denominação de amazona.

⁶ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/historico>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁷ Fonte: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/amapa>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁸ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/historico>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁹ Idem nota anterior.



Já o estado da Bahia, que tem Salvador como capital e é constituído por 417 municípios, é conhecido, em especial, por ter sido o local onde aportaram os portugueses na época das conquistas de terras por meio das viagens marinhas. Na Bahia, foi também celebrada a primeira missa no país. Depois da chegada dos portugueses, a localidade começou a ser colonizada e povoada, sobretudo, no século XVI após a descoberta do pau-brasil; na sequência, iniciaram-se os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro e do diamante¹⁰.

O nome Bahia, de acordo com Cunha (2010, p. 76), vem de “*baía s.f.* ‘pequeno golfo, de boca estreita, que se alarga para o interior’/ *baya xv* / Possivelmente do fr. *Baie*, deriv. do caste. *Bahia* e, este, do b. lat. *baia*”. Configura-se, portanto, como um hidrotopônimo.

Ceará, por sua vez, tem Fortaleza como capital e mais 184 municípios. Em 1612 o português Martim Soares Moreno é enviado ao Siará e fica conhecido como o fundador do estado. A localidade teria sido, durante sua colonização, cenário de disputas entre portugueses, holandeses e indígenas¹¹.

De acordo com Sampaio (1987, p. 221), o nome Ceará vem do tupi e significa “*Cê-ará*, fala ou canta o papagaio”. Mas, conforme o mesmo tupinólogo, o vocábulo é de origem obscura. Por essa razão, o significado é controverso e registram-se outras interpretações para o topônimo. Nogueira (2013), apresenta mais quatro possibilidades, além da apresentada por Sampaio:

Segundo o historiador João Brígido, Ceará antigamente se escrevia Siará. A grafia atual vem da corruptela da palavra tupi Siri-Ará, que vem de Siri (=andar para trás) + Ará (=branco); [...] O grande Capistrano de Abreu afirma que Ceará se originou da aglutinação das palavras indígenas dzú (água) e erá (verde). Sua pronúncia em português seria Siará e seu significado “água ou rio verde” [...] O etimologista Mendes Júnior defende uma ideia diferente. Ceará refere-se à seca periódica e à moléstia ou febre causada pelo calor; [...] A hipótese do escritor cearense Antônio Bezerra é que a palavra Ceará originou-se do nome do deserto africano Saara, devido às dunas das branquíssimas praias cearenses.

¹⁰ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/historico>. Acesso em: 20 out. 2020.

¹¹ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/historico>. Acesso em: 20 out. 2020.



Como não foi possível ter acesso às fontes utilizadas por Nogueira (2013), optou-se por considerar a interpretação de Sampaio (1987) e classificar o topônimo como um zootopônimo pela referência ao papagaio.

O estado do Espírito Santo é constituído de 78 municípios e tem por capital Vitória. A localidade, a princípio, foi ponto de disputa entre portugueses e indígenas, e, com a vitória portuguesa, a principal economia foram os engenhos de açúcar. Segundo Oliveira (2008, p. 21), no entanto, na metade do século XX, o café tornou-se o principal produto cultivado na região. O autor ainda salienta a dificuldade de locomoção entre a capital e o interior, mas, aos poucos, a urbanização consolidou “o seu perfil de cidade portuária graças à exportação de café, madeira e minério de ferro” (OLIVEIRA, 2008, p. 21).

O nome Espírito Santo, provavelmente, explica-se pela prática portuguesa de nomear nova localidade em homenagem ao santo padroeiro do dia. De acordo com Oliveira (2008, p. 504), Vasco Fernandes Coutinho chegou à região em 23 de maio de 1535, dia em que se comemora a festa de Pentecostes ou festa do Espírito Santo. Essa seria a motivação, portanto, o designativo é um hierotopônimo, categoria que inclui os nomes sagrados de diferentes crenças (DICK, 1990b, p. 33).

Goiás é um estado constituído por 246 municípios e tem como capital Goiânia. Segundo Oliveira (2016, p. 154), o que gerou interesse em ocupar as terras goianas foi a descoberta de ouro, no início do século XVIII, nessa região e também em Minas Gerais e Mato Grosso. O autor ressalta que esse fato intensificou a migração no sentido Oeste do Brasil. Com a crise na mineração no século XIX, outro fator econômico atraiu a atenção à localidade, a saber, a produção agropastoril, atividade ainda presente no estado (OLIVEIRA, 2016, p. 159).

O topônimo Goiás, de acordo com Sampaio (1987, p. 234), teria origem em “**Guayá**, e. **guá-yá**, o indivíduo semelhante, parecido, ou gente da mesma raça. Documentos antigos registram **guayás** e **guayazes**, designando uma nação selvagem”. Esse designativo, entretanto, como alguns outros que teriam origem indígena, também é controverso. Quintela (2003, p. 169-170), por exemplo, após apresentar informações históricas relativas ao estabelecimento e fixação desse topônimo, conclui:

[...] a única relação etimológica factível para “Goiás” é com a língua tupi. O grupo linguístico constituído pelas línguas e dialetos Macro-jê não oferece nenhum lexema que possa ter funcionado como a fonte do topônimo. Dessa forma, o significado “gente parecida” é o único



associável ao termo. Se essa “gente semelhante”, isto é, se os índios Goyá, existiram ou não no coração do Brasil continua a ser uma “verdade de fé”.

Como se observa pelo trecho, a conclusão desse autor estaria de acordo com o que já havia registrado Sampaio. Como o nome seria uma alteração de vocábulo que designava uma “nação selvagem”, pode ser incluído na categoria dos etnotopônimos, que inclui nomes “referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas) [...]” (DICK, 1990b, p. 33).

O Maranhão é formado por 217 municípios e tem como capital São Luís. É caracterizado, segundo Castro (2017, p. 120 – 121), pelo turismo que envolve aspectos ecológicos e hídricos da região. Ainda de acordo com a pesquisadora, a economia é baseada no cultivo de soja, milho, sorgo, feijão, entre outros cereais, o que atraiu, durante sua colonização, imigrantes do Sul do Brasil, principalmente paranaenses e sul-rio-grandense.

A origem do nome Maranhão também é obscura e, conforme esclarece Lima (2011, p. 2340), há diferentes explicações:

(i) nome de origem tupi: mba'ra, “mar” e na “corrente”: rio que se assemelha ao mar. Primeiro nome dado ao rio Amazonas pelos nativos da região antes da chegada dos europeus; (ii) está relacionado ao nome do rio Marañon no Peru; (iii) nomeação atrelada ao fato da região conter um emaranhado de rios; (iv) nome de origem indígena: mbarã– nhana ou paranhana cujo significado é “rio que corre”; (v) nome associado a uma árvore típica da região, o cajueiro, conhecida como marañon, em espanhol.

Portanto, Maranhão pode ser incluído na categoria dos hidrotopônimos de acordo com as explicações “i”, “ii”, “iii” e “iv”, ou na dos zootopônimos, considerando a explicação “v”.

Já o estado do Mato Grosso, cuja capital é Cuiabá, tem seu território dividido em 141 municípios. Sua história e ocupação são marcadas, conforme Philippsen e Lima (2018, p. 07), a princípio, pela presença, em larga escala, de comunidades indígenas e pela chegada dos europeus a partir do século XVI. Depois o estado recebeu migrantes e imigrantes que foram responsáveis pela “formação de uma sociedade diversificada cultural e linguisticamente devido às origens dos grupos e a estratificação social resultante da rápida concentração da renda e do relativo isolamento da região em relação ao restante do país”.

A origem do nome remonta ao século XVIII, quando os irmãos Paes de Barros teriam ficado encantados com a região e com fato de haver 7 léguas de mato espesso, e as



nomearam de Minas de Mato Grosso. O nome permaneceu por dois séculos até que a região se transformasse no estado de Mato Grosso¹². Por ser motivado pela vegetação, o designativo inclui-se na categoria dos fitotopônimos.

Mato Grosso do Sul é constituído de 79 municípios e tem Campo Grande como sua capital. Conforme registram Campestrine e Guimarães (2002, p. 249), em 1977, o então presidente da república Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar n.31, criando o estado de Mato Grosso do Sul a partir do desmembramento de área do estado de Mato Grosso.

No que se refere à explicação do topônimo Mato Grosso do Sul, registra-se que a diferenciação ocorre apenas pelo acréscimo do ponto cardeal “Sul”, portanto também se constitui como um fitotopônimo.

Minas Gerais, estado com 853 municípios e Belo Horizonte como capital, por sua vez, foi ocupado no século XVI pelos bandeirantes que estavam à procura de ouro e pedras preciosas. O local também foi cenário de um importante movimento político brasileiro, a Inconfidência Mineira, que pretendia acabar com a soberania portuguesa e os altos impostos cobrados¹³.

O topônimo Minas Gerais tem sua motivação justificada pelo fato de existirem, na época dos desbravamentos, diversas minas e localidades para a extração de ouro e pedras preciosas. Desse modo, por se tratar de local onde se encontravam os minérios, constitui-se como um litotopônimo. Essa categoria inclui os “topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo [...]” (DICK, 1990b, p. 31).

O Pará, por sua vez, tem como capital Belém, é o segundo maior estado brasileiro, abaixo apenas do Amazonas, e possui 144 municípios. Segundo Tavares (2008, p. 59), no século XVII, “no período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), inicia-se a ocupação militar na embocadura do rio Amazonas, com a fundação de Belém, em 1616”, e ocorreu, na região, a invasão de holandeses, ingleses e franceses, que buscavam ocupar o território e extrair recursos naturais. A localidade se torna de grande importância econômica e social, e, assim, é criado, em 1751, o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Após uma estagnação econômica no século XIX, a região retomou seu crescimento com a exploração da borracha.

¹² Fonte: <http://www.mt.gov.br/historia>. Acesso em: 16 nov. 2020.

¹³ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/historico>. Acesso em: 16 nov. 2020.



O topônimo Pará já foi elucidado por Sampaio (1987, p. 293): “O mesmo que **mbará**, ou **mará**, s., o mar [...] No tupi – **pará** – é o rio volumoso, o caudal”. Conforme informações do site do IBGE: “Era assim que os índios denominavam um dos braços – o direito – do rio Amazonas. O rio é engrossado com as águas do rio Tocantins, o que o torna tão vasto ao ponto de não se poder ver a outra margem, mais parecendo um mar do que um rio”¹⁴. Caracteriza-se, portanto, como um hidrotopônimo, segundo a taxionomia de Dick (1990b).

Já o estado da Paraíba é composto por sua capital João Pessoa e por mais 222 municípios; a princípio era a Capitania de Itamaracá. Rosa Maria Godoy Silveira, para o Projeto Resgate Barão do Rio Branco¹⁵, relata que, pela qualidade do pau-brasil e da lavoura açucareira, foi uma das principais capitanias do período colonial, porém, foi palco de invasões portuguesas e holandesas que desestruturaram o local. Os conquistadores se depararam com dificuldades frente à resistência dos indígenas. Nesse aspecto, um episódio marcante foi a denominada Confederação dos Cariris (movimento de resistência indígena em oposição à ocupação portuguesa).

O topônimo Paraíba foi elucidado por Sampaio (1987, p. 294), que registra: “**Pará-ayba**, o rio ruim, impraticável, à força de dificuldades naturais da corrente; rio imprestável”. Trata-se, portanto, de um hidrotopônimo.

O Paraná, cuja capital é Curitiba e tem 399 municípios em seu território, foi colonizado em três diferentes fases: Paraná Tradicional (séc. XVII ao séc. XIX) – descoberta de ouro na região litorânea, Norte Pioneiro (meados do séc. XIX) – expansão do ciclo cafeeiro no Norte do estado, Frente Sulista (meados do séc. XX) – ocupação das regiões Oeste e Sudoeste paranaenses por meio das companhias colonizadoras (ANANIAS, 2018, p. 24 - 40).

O nome Paraná, em tupi, significa “**Pará-nã**, o que é semelhante ao mar; denominação dada aos grandes rios” (SAMPAIO, 1987, p. 294 - 295). Assim, pelo seu significado, é considerado um hidrotopônimo.

O estado de Pernambuco está dividido em 185 municípios e sua capital é a cidade de Recife. Teve seu processo de colonização iniciado em 1501, quando o navegador Gaspar

¹⁴ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/historico> Acesso em: 28 out. 2020.

¹⁵ Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/acervo-digital/capitanias/paraiba/> . Acesso em: 28 out. 2020.



de Lemos montou entrepostos comerciais na região litoral, onde se encontrava a colônia portuguesa. Pernambuco fazia parte do sistema de Capitânias instalado pelo rei de Portugal Dom João III. Seu donatário, Duarte Coelho, foi quem lhe atribuiu o nome. Na época do período colonial, o estado destacou-se na produção de açúcar, fato que chamou atenção dos holandeses, os quais se estabeleceram na região e a tornou a capital do Brasil holandês e fez o estado prosperar¹⁶.

Sobre o topônimo Pernambuco, Sampaio (1987, p. 298) apresenta as seguintes informações:

Paranã-mbuca, o furo ou entrada do lagamar; alusão à brecha natural do recife por onde o lagamar se comunica com o mar. O nome **paranambuca** era comum na costa do Norte, no trecho dela tomado pelos recifes, e o sentido que os índios lhe davam era de furo, entrada, passagem natural aberta na muralha do recife [...].

Conforme o sentido etimológico recuperado pelo tupinólogo, o topônimo foi incluído na categoria dos hidrotopônimos.

O Piauí é constituído de 224 municípios e mais Teresina, sua capital. A região começou a ser ocupada no final do século XVII, tendo visto, de acordo com Alves (2003, p. 55), a procura, por parte de aventureiros, de índios e terras para pecuária. Nesse processo de invasão e apoderamento das terras, foram criadas diversas fazendas onde, futuramente, seria a Capitania de Piauí. Segundo Alves (2003, p. 63), durante anos, a região se manteve isolada com pouca população e sua urbanização ocorreu décadas depois.

O nome Piauí é originado do tupi e significa “**Py-yáu-y**, o rio dos pias” (SAMPAIO, 1987, p. 300). A referência é a uma espécie de peixe, piau, por isso, segundo a taxionomia proposta por Dick, se enquadra entre os zootopônimos.

O estado do Rio de Janeiro é composto por 92 municípios e sua capital tem o mesmo nome – Rio de Janeiro. Conforme explicam Menezes *et. al.* (2015, p. 838-840), o estado começou a ser explorado em 1502, porém, sua formação territorial data efetivamente a partir de 1536, quando o rei de Portugal, Dom João III, distribuiu as Capitânias Hereditárias; as dessa localidade eram as de São Tomé, de Cabo Frio e a de São Vicente.

O topônimo Rio de Janeiro, segundo o IBGE Cidades¹⁷, pode ser explicado pelo seguinte fato: o português Gaspar Lemos chegou ao território com sua expedição em 1502,

¹⁶ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/historico>. Acesso em: 25 ago. 2021.

¹⁷ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/historico>. Acesso em: 25 ago. 2021.



mais especificamente em janeiro desse ano. Ao chegar à baía do Rio de Janeiro, supôs tratar-se da foz de um rio. Por essa razão, denominou a localidade de Rio de Janeiro. Desse modo, o designativo é classificado como hidrotopônimo.

Rio Grande do Norte tem como capital Natal e mais 166 municípios. Conforme informa o IBGE Cidades¹⁸, em relação à divisão proposta por Dom João III em Capitânicas Hereditárias, foi entregue ao português João de Barros e Aires da Cunha. Antes da chegada de Cunha, no século XVI, os franceses ocuparam a região com ajuda de índios potiguares. Após embate entre os europeus, os portugueses conquistaram o local e expulsaram os franceses.

O topônimo teria uma referência à grande extensão do rio Potengi em comparação a um pequeno rio próximo à região Norte (LIMA, 2011, p. 2342). Dessa forma, o designativo também é um hidrotopônimo.

O estado do Rio Grande do Sul tem por capital Porto Alegre e possui 497 municípios. Por sua localização fronteiriça, no século XVII havia disputa entre Portugal e Espanha pelo domínio da Colônia de Sacramento (cidade pertencente ao Uruguai). No território, também ocorreram outros conflitos como a Revolução Farroupilha e as guerras contra os Estados do Prata. Nesse cenário, o Rio Grande do Sul fornecia seus homens para as batalhas. No século XX, houve um grande contingente de sul rio-grandenses ocupando espaços brasileiros, em especial a região Oeste do país por meio do incentivo do presidente Getúlio Vargas com a Marcha para o Oeste¹⁹.

O hidrotopônimo Rio Grande do Sul, de acordo com os historiadores Menegat e Dias²⁰, foi atribuído por um grupo de portugueses, que, ao chegar à foz da Lagoa dos Patos, pensaram se tratar de um rio e o batizaram como Rio Grande.

Rondônia, cuja capital é Porto velho e possui 52 municípios, tem uma trajetória atípica em relação aos outros estados. De acordo com sua história, registrada no portal do Governo de Rondônia²¹, sua formação advém de partes do Amazonas e do Mato Grosso e é considerado o único estado a ser resultado de um tratado internacional, no caso o tratado de Petrópolis, que também permitiu ao Brasil ficar com o Acre. Rondônia é considerada porta

¹⁸ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/historico>. Acesso em 27 ago. 2021.

¹⁹ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/historico>. Acesso em: 23 ago.2021.

²⁰ Fonte: <https://super.abril.com.br/blog/oraculo/de-onde-vem-os-nomes-do-rio-grande-do-norte-e-do-sul/> . Acesso em: 24 nov. 2020.

²¹ Fonte: <http://www.rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/> . Acesso em: 23 out. 2020.



de entrada da Amazônia brasileira pela BR-364 e sua população foi formada por diversas etnias presentes nos diferentes ciclos econômicos da região.

O topônimo Rondônia é uma homenagem ao explorador da região, o engenheiro e sertanista marechal Cândido Rondon. Por esse motivo, é considerado um historiotopônimo, já que presta homenagem a uma personalidade da história do Brasil. Nessa categoria enquadram-se, conforme Dick (1990b, p. 33), “os topônimos relativos aos movimentos de cunho-histórico-social e aos seus membros, assim como as datas correspondentes”.

Roraima, por sua vez, é área de tríplice fronteira – Brasil-Venezuela-Guyana –, possui 15 municípios e sua capital é Boa Vista. Os portugueses foram os primeiros a chegar a Roraima, que, por ser uma área com muitos autóctones, acabou atraindo olhares de diversos povos que buscavam ocupar a região e escravizar os índios. Entre os exploradores, destacam-se holandeses, ingleses e espanhóis. Mais tarde, no século XX, ações do presidente Getúlio Vargas fez com que imigrantes nordestinos, gaúchos e amazônidas formassem colônias agrícolas na região²².

O topônimo Roraima teria origem no Tupi e, de acordo com Júlio Romão da Silva (1966, p. 287), “Moacir Silva admite – *roro* (verde) *imã* (serra, monte) – ‘serra ou monte verde’. M.q. *roraima* e *roroimã* (q.v.), designa também uma serra do Amazonas, situada ao Norte do Rio Negro com penetração na fronteira Brasil com a República da Venezuela”. Roraima, nesse prisma, adequa-se à categoria dos geomorfotopônimos, que são aqueles relativos, segundo Dick (1990b, p. 31) às formas topográficas.

Santa Catarina tem 295 municípios e sua capital é Florianópolis. O estado, no ano de 1515, foi local de um naufrágio em que estava o navegador português Juan Dias Solis. Sua colonização, contudo, iniciou-se efetivamente em 1637 com os bandeirantes. Vale salientar que, em 1739, o estado era considerado o mais desenvolvido da América do Sul. Com a chegada de imigrantes, a partir de 1829, foram instaladas diversas colônias, em especial, de italianos e alemães²³.

Sobre o topônimo Santa Catarina, ainda conforme as informações do IBGE cidades, há uma controvérsia, pois acredita-se que o nome possa ter sido homenagem à Santa Catarina de Alexandria ou uma homenagem do explorador Sebastião Caboto a sua

²² Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/historico> Acesso em: 25 ago. 2021.

²³ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/historico> Acesso em 25 ago. 2021.



esposa Catarina. De qualquer forma, o topônimo, seguindo-se o modelo adotado é classificado como hagiotopônimo.

O estado de São Paulo é dividido em 645 municípios e tem por capital um município homônimo – São Paulo. É considerado, atualmente, o polo cultural do país. Sua colonização iniciou-se, de acordo com o IBGE CIDADES²⁴, em 1532 com a fundação da Vila de São Vicente por Martim Afonso de Souza. Em 1554, um grupo de jesuítas fundaram um colégio, o que atraiu novos habitantes originando o povoado de São Paulo de Piratininga. A princípio, a economia da região era pautada no plantio de cana-de-açúcar e expedições à procura de metais preciosos, mas foi com a implantação da cafeicultura que a economia paulista se expandiu.

O nome São Paulo é uma homenagem ao apóstolo Paulo, pois na data da instalação jesuítica na localidade – 25 de janeiro – é comemorada a conversão do apóstolo Paulo. Dessa forma, o topônimo é classificado como um hagiotopônimo.

Sergipe, menor estado brasileiro em extensão, está dividido em 75 municípios e tem como capital Aracaju. Segundo informações do IBGE Cidade²⁵, esse estado nordestino, desde sua conquista em 1590 por Cristóvão de Barros até sua elevação à categoria de Capitania Independente em 1820, pertencia ao território da Bahia, que era responsável por guarnecer, com sua produção agropecuária, o estado baiano. O título de Capitania Independente dado pelo Rei do Brasil e Portugal, Dom João VI, somente ocorreu após diversas lutas políticas entre líderes baianos e os senhores de engenho.

A respeito do topônimo Sergipe, Lima (2011, p 2342) aponta que ocorreu mudanças até chegar no nome atual – “Si’riipe < Sergipe d’EL Rey < Serjipe < Sergipe”. A explicação para a mudança, segundo o mesmo autor, é que “a grafia correta é “Serjipe” porque se subscreve o uso da letra “j” para a palavra de origem tupi. Com o decorrer do tempo, a grafia foi alterada para “Sergiype” e posteriormente para “Serjipe”, embora oficialmente a designação do estado seja Sergipe”. Em tupi, Sergipe vem de “**Cirigype**, c. **ciri-gy-pe**, no rio dos siris. Alt. de **Sirigype**, **Sirigipe**, **Sergipe**” (SAMPAIO, 1987, p. 314), tratando-se, portanto, de um zootopônimo.

²⁴ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/historico> Acesso em 25 ago. 2021.

²⁵ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/historico> Acesso em 25 ago. 2021.



Tocantins é o estado mais novo do Brasil, pois antes de 1989 configurava-se como região norte de Goiás. Tem como capital Palmas e mais 138 municípios. Segundo Andrade (2006, p. 55-57), a princípio, a província de Goiás, região a que pertencia o atual Tocantins, não foi alvo de interesse dos viajantes que adentrava o Brasil a procura de recursos naturais, provavelmente a não atração pela região se deva ao fato das dificuldades em alcançar o interior do país, o que gerou uma crise econômica. De acordo com a mesma pesquisadora, a região passou a ser povoada, de fato, após as Bandeiras que ocorreram em três momentos a partir do fim do século XVII com diferentes objetivos: 1º escravização indígena, 2º ciclo do ouro e 3º povoamento do sertão.

Sobre o nome Tocantins, Sampaio (1987, p. 333) registra: “TUCANTIM c. **Tucantim**, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu seu apelido ao rio. Pará, Goiás. *Alt. Tocantim*”. No que se refere à taxionomia, considerou-se o primeiro sentido, e o nome foi incluído na categoria dos somatotopônimos, que são aqueles “[...] empregados em relação metafórica às partes do corpo humano ou do animal” (DICK, 1990b, p. 34).

No Quadro 03 a seguir, apresenta-se uma síntese no que se refere à inclusão dos nomes nas categorias do modelo taxionômico adotado. Registra que, como se constatou, existem várias versões para a interpretação do nome Maranhão, mas como a maioria das versões remete ao elemento hídrico, no quadro, optou-se por incluí-lo junto aos nomes dessa categoria.

Quadro 03 – Taxionomias dos nomes dos estados

Taxionomias	Topônimos
Hidrotopônimos	Alagoas, Bahia, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe
Fitotopônimos	Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul
Hagiotopônimos	Santa Catarina, São Paulo
Zootopônimos	Acre, Ceará, Piauí
Etnotopônimo	Goiás
Geomorfotopônimo	Roraima
Hierotopônimo	Espírito Santo
Historiotopônimo	Rondônia
Litotopônimo	Minas Gerais



Mitotopônimo	Amazonas
Somatotopônimo	Tocantins

Como é possível observar pelo Quadro, os recursos hídricos, sobretudo os rios sobressaíram de forma muito significativa em relação aos outros motivadores, sejam de natureza física ou de natureza cultural. A esse respeito, registra Backheuser (1952, p. 173):

[...] o rio mais do que qualquer outro acidente hidrográfico teria impressionado o homem primitivo. Correndo sem cessar, sem muitas vezes ser possível à população das margens devassar-lhe as nascentes ou chegar-lhe à foz, o rio era pela pesca uma fonte de vida e um caminho fácil de percorrer, montado em troncos de árvores ou embarcações primitivas, mas, ao mesmo tempo, quando muito largo, era um limite natural deixando longe, inacessível, a "outra margem".

O autor menciona, como se nota, que o rio teria impressionado o homem primitivo; acrescenta-se que não apenas o primitivo, mas também o homem considerado “civilizado” que continua, ainda hoje, nomeando diversos tipos de acidentes geográficos físicos ou humanos em referência a rios de grande ou de pequeno porte.

No que se refere à língua dos topônimos, como é natural ocorrer em muitos tipos de recorte toponímico que se tomam para estudo, línguas indígenas, sobretudo o Tupi, aparecem de forma recorrente nos nomes de estados, o que se entende como natural haja vista a presença indígena no território em todas as fases da história do Brasil. Têm origem indígena – confirmada ou presumível – mais da metade dos topônimos analisados: Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Convém destacar, no entanto, que a maior ou menor presença, de populações indígena nas regiões onde estão hoje os estados não se configura como condição decisiva em relação aos nomes indígenas. Assim, por exemplo, os estados que contam com as maiores populações indígenas do Brasil – Amazonas e Mato Grosso do Sul – não têm topônimos indígena (para designar o estado, reitera-se). Ainda no que se refere às línguas dos topônimos relativos aos estados, não se notou a presença de híbridos, ou seja, nomes constituídos por elementos linguísticos de diferentes procedências, o que já se mostrou comum em outros tipos de recorte investigados, como nomes de municípios, por exemplo.



Registra-se, ainda, que, em relação à vários topônimos analisados, as causas denominativas podem ser associadas ao processo de translação toponímica, explicado por Dick (2001, p. 159) da seguinte forma:

“[...] denominamos de *translação toponímica*, sempre que ocorrer o deslocamento do designativo de um acidente para outro. Esse esquema pode ser circular, seja do rio para o aglomerado nascente em suas margens ou deste para aquele, o que é mais raro”. É princípio em Toponímia que os nomes de cursos d'água e de montanhas e serras são os mais primitivos ou as mais antigas denominações dadas pelo grupo.

Não está entre os objetivos este texto aprofundar essa questão da translação como causa toponímica. É evidente que os acidentes físicos – rios e serras, por exemplo – são mais antigos que os aglomerados humanos, mas pode ocorrer de uma região, onde haja grupos humanos, ser nomeada e esse nome passar para o acidente físico. O contrário, porém, é o processo mais comum. Diante disso, é possível afirmar que cursos d'água que nascem ou passam pelo território do estado podem ter motivado sua nomeação. Dessa forma, se alguém pergunta “por que o estado de Sergipe tem esse nome?”, pode se responder: “porque o estado adotou o mesmo nome do rio, rio Sergipe”. O mesmo pode ocorrer com os estados Acre, Amapá, Amazonas, Paraíba, Paraná, Piauí, Sergipe, Tocantins, uma vez que existe, em cada uma desses estados, um rio importante como o mesmo nome.

Considerações finais

Conforme observado, a pesquisa demonstrou que, no que se refere à motivação, os aspectos relativos à geografia física – nos termos de Dauzat (1947) ou as categorias de natureza física – nos termos de Dick (1990b), sobressaíram de forma significativa nos topônimos dos estados. Dentre esses, o destaque foi para os recursos hídricos (rios, mares, lagoas...), que ficaram muito à frente (quantitativamente) em relação aos outros motivadores. Entretanto, a vegetação, os animais, as características do solo e do relevo também estão expressas em alguns nomes.

Já os toponímicos motivados pela geografia humana – nas palavras de Dauzat (1947) ou nas categorias de natureza antropocultural – organizadas por Dick (1990a), foram menos recorrentes no recorte estudado. Os designativos relacionados à



religiosidade tiveram um discreto destaque em relação aos demais; outros motivadores como personalidade histórica e nomes de grupo étnico também foram verificados como motivadores.

Tanto características físicas quanto culturais do ambiente estão presentes nos topônimos, comprovando mais uma vez o que linguistas como Sapir (1969) já haviam demonstrado – quanto à relação entre língua e ambiente. Nesse raciocínio, a constatação das línguas de origem indígena, sobretudo do tupi, nos topônimos é entendida também como um reflexo do ambiente cultural. Vale reiterar que mais da metade dos nomes de estados tem origem indígena, o que é explicado pela história do Brasil em que o elemento indígena está presente em todas as fases.

O estudo pretendeu ser mais uma contribuição para o conhecimento da toponímia brasileira como um todo – uma vez que existem, no Brasil, como já mencionado, vários grupos de pesquisa que têm se empenhado em realizar e apresentar investigações a respeito de alguns recortes no âmbito dos estados, por exemplo. As considerações apresentadas, sobretudo em relação aos nomes indígenas, foram baseadas em fontes lexicográficas e outras, no entanto, conforme alertado no decorrer da análise, nem sempre existe consenso em relação à interpretação desses nomes e por isso, diferentes interpretações foram elencadas. Mesmo assim, é possível haver ainda outras interpretações não encontradas até o fechamento deste texto.

Por fim, registra-se que este estudo não tem a pretensão de ser absolutamente conclusivo e outras possibilidades de interpretação dos nomes dos estados, especialmente em relação às causas denominativas, poderão ser apresentadas, conforme for possível o acesso a diferentes fontes com informações históricas.

Referências

- ACRE. Governo do Estado do Acre. **ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**, Fase II (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2. ed. Rio Branco: SEMA, 2010.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.36, p.55-76, jul/dez. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13577> . Acesso em: 03 dez. 2020.
- ALVES, Juliana Araújo *et al.* Natureza, sociedade e cultura: a Amazônia (re)inventada a partir de seus topônimos. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 19, p. 7 –



17. DOI: 10.5380/raega.v19i0.13975. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/13975/11412> Acesso em: 03 dez. 2020.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes próprios de pessoa:** introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020.

ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos; TAVARES, Marilze. **Pesquisas em toponímia no Brasil:** trabalhos produzidos na pós-graduação *stricto sensu*. Acta Scientiarum. Language and Culture (no prelo).

ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos. **Marcas de Religiosidade na Toponímia Paranaense.** 2018. 398f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins – Projeto ATITO.** 2006. 187 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BACKHEUSER, Everardo. **Toponímia.** Suas regras, sua evolução. Revista Geográfica, Rio de Janeiro, v. 9/10, n. 25, p. 163-195, 1952.

CAMPESTRINI, Hildebrando; Guimarães, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

CASTRO, Maria Célia Dias de. Atlas Toponímico do Estado do Maranhão: uma Proposta de Análise da Macrotoponímia. **Caderno Seminal Digital**, Rio de Janeiro, ano 23, nº 28, v. 1 (JUL-DEZ/2017), p. 110 – 147. DOI:10.12957/cadsem.2017.28381. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view/28381/22092> . Acesso em: 03 dez. 2020.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

DAUZAT, Albert. **La toponymie française.** 2.ed. Payot, Paris, 1946.

DAUZAT, Albert. (1947). **Les noms de lieux.** Origine et évolution. Librairie Delagrave, Paris, 1947.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. O caminho das águas, os rios do Brasil: o São Francisco e o elemento étnico. **Investigações linguística e teoria literária.** Recife, Vol. 13-14, p. 180-191, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1540/1203> Acesso em: 20 jul. 2021.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira.** São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1990b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> . Vários acessos.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Capitais brasileiras: um olhar para a história da cidade e a história do nome. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALTINO, Fabiane Cristina; Aguilera,



Vanderci de Andrade (orgs). **Atlas Linguístico do Brasil**. Descrevendo a língua, formando jovens pesquisadores. Londrina: Ed. da UEL, v. 2.

LIMA, Joana Angélica Santos. **Os topônimos dos estados nordestinos brasileiros**, In: Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro, 2011. Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 2337-2344. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlftomo_3/198.pdf . Acesso em: 03 dez. 2020.

MELO, Pedro Antônio Gomes. Língua e cultura: um estudo toponomástico de nomes de municípios de referência religiosa da mesorregião do leste de alagoas. **DLCV - Língua, Linguística & Literatura**, v. 11, n.1, jan/jul, p. 97 – 118, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dclv/article/view/16456/11186>. Acesso em: 03 dez. 2020.

MENEZES, Paulo Márcio Leal *et al.* Dinâmica cartográfica e toponímica no estado do rio de janeiro (século XVI - XX). **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 67, n. 4, p. 837-850, 31 jul. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/49113> . Acesso em: 03 dez. 2020.

MUNIZ, Tácita. **De influência indígena a erro ortográfico: conheça as teorias para surgimento do nome Acre**. G1. 15/06/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/06/15/de-influencia-indigena-a-erro-ortografico-conheca-as-teorias-para-surgimento-do-nome-acre.ghtml>. Acesso em: 02 dez.2020.

NOGUEIRA, Sérgio. **Você sabe qual a origem da palavra Ceará?** Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/blog/dicas-de-portugues/post/voce-sabe-qual-e-a-origem-da-palavra-ceara.html> Acesso em: 02 dez. 2020.

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3. ed. v. 08. Vitória: **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo** – Coleção Canaã.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. 1804 – A População de Goiás na Transição da Mineração para a Pecuária. **História Revista**, Goiás, v. 21, n. 1, p. 154 – 1987. DOI.org/10.5216/hr.v21i1.33600. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/33600/21696> . Acesso em: 03 dez. 2020.

PHILIPSEN, Neusa Inês; LIMA, José Leonildo (orgs). **Diversidade e Variação Linguística em Mato Grosso**. Cáceres: Editora UNEMAT, p. 7 – 13.

PORTAL DO GOVERNO DE RONDÔNIA. **Rondônia – um estado atípico**. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/> . Acesso em: 03 dez. 2020.

QUINTELA, Antón Corbacho. O topônimo “Goyaz”. **SIGNÓTICA**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 153-172, jul./dez. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/16216/9877> . Acesso em: 02 dez. 2020.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987.

SAPIR, E. Língua e Ambiente. In: **Linguística e Ciência**. Rio de Janeiro: Acadêmica: 1969, p.43-62.



SILVA, Júlio Romão da. **Denominações indígenas na toponímia carioca**. Rio de Janeiro, Livraria Editôra Brasileira,

SOUSA, Alexandre Melo de. (Estratos linguísticos de origem Tupi na macrotoponímia acreana: contribuição para o Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira. In: **IV Congresso de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, 04, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, CiFEFiL. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/anais/iv/completos/comunicacoes/Alexandre%20Melo%20de%20Sousa.pdf> . Acesso em: 03 dez. 2020.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, Roraima, v. 2, n. 3, jan./jun. p.59-83. DOI: 10.5654/actageo2008.0103.0005. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/204/364> . Acesso em: 03 dez. 2020.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi** – significados dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço Editora.

Web - Revista SOCIODIALETO
Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetoológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 14 • Número 40 • Jul 2023
DOI: <http://dx.doi.org/10.61389/sociodialeto.v14i40.8125>

Recebido em: 26/08/2021 | Aprovado em: 23/09/2021.
